

3.

O Borel como representativo das favelas cariocas

3.1.

Resgatando a História do Borel

O nome Borel é uma referência a uma antiga marca de cigarros da Souza Cruz, cuja fábrica funcionava no mesmo morro onde existe a favela. O desenho que vinha estampado nos maços do Borel, um pavão, tornou-se depois símbolo da “Unidos da Tijuca”, uma das escolas de samba mais tradicionais do bairro.

A comunidade do Borel formou-se na década de 20, como a maioria das comunidades carentes do Rio de Janeiro e teve seu início marcado por lutas e conflitos. Foi à primeira comunidade a se organizar por meio de uma associação de moradores em 1954, criando a União de Trabalhadores Favelados (UTF) e servindo de exemplo para as demais favelas que também estavam em processo de formação.

Desde de 1954, quando foi fundado no Morro do Borel a União de Trabalhadores Favelados, até o dia de hoje, o movimento favelado escreveu uma grande história de resistência. (Revista de IV Congresso de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, 1984).

Segundo o Livro “As lutas do povo do Borel”, escrito por um líder local,

A entidade surge num processo de resistência dos moradores à ação de despejo movida pela Borel Meuren Ltda, empresa subsidiária da Seda Moderna, que por meio de “grilagem” conseguirá o reconhecimento legal da propriedade do terreno. Uma comissão de moradores recorreu a um advogado que aceitasse; defendê-los diante da ação de despejo movida pela Borel Meuren Ltda. Encontraram receptividade em Antonie de Magarinos Torres Filho, membro de tradicional família de juristas e que participara de movimentos democráticos e progressistas (As lutas do povo do Borel, Gomes, 1980).

Ameaças de despejo estiveram sempre presentes no cotidiano da população favelada, mesmo quando o número de aglomerados era ainda pequeno. Lima (1981) afirma que:

No decurso dos anos 50, com o processo de parcelamento fundiário e formação de novos bairros, aumentou o interesse imobiliário por terrenos favelizados. As frequentes ações de despejo constituem fator importante na articulação de lutas sociais.

Foi assim proposta a formação de uma associação onde os participantes, através do pagamento de uma quota mensal, reunissem condições de arcar com os custos da ação judicial.

Magarinos dirigiu do alpendre a palavra aos favelados, explicando a todos presentes que, em vista deles não terem dinheiro para manter demanda com a Borel Meuren Ltda, precisavam organizar-se em uma associação onde todos colaborassem com uma pequena quantia como pagamento de suas mensalidades; fazendo assim, conseguiriam meios necessários para qualquer eventualidade que viesse a surgir (Gomes, 1980:20).

Nessa década intensificam-se as lutas e movimentos sociais, trazendo um slogan, que traduzia muito bem esse período: “Não a remoção, sim a moradia”.

Nasce, a União de Trabalhadores Favelados (UTF), idealizada como uma experiência cooperativa dos moradores do Borel, destinada a fazer frente aos custos necessários a ação judicial.

A escolha do nome União de Trabalhadores Favelados, não deixa dúvida de que, ao menos no plano teórico, tencionava-se colocar em pé de igualdade a condição de trabalhador (valorizada a partir da Era Getulista) e a dos favelados auto-definidos enquanto trabalhadores. Além disso, objetiva-se articular as lutas por salários e as lutas por habitação, pois segundo Lima (1989) a presença de lideranças sindicais no movimento dos trabalhadores favelados era expressiva. Especialmente o sindicato dos têxteis e o da construção civil (...) ligam-se á história do movimento dos favelados.

Além dessa ligação político-sindical, o nome “trabalhadores favelados” decorre da necessidade de diferenciar o trabalhador (que morava em favelas) dos “malandros” e “desordeiros” que dominavam o imaginário social sobre a população favelada.

A organização criada transforma-se rapidamente em entidades de abrangência mais ampla, congregando moradores de diferentes favelas¹⁶, unidos em torno de uma reivindicação principal: a permanência nos terrenos ocupados.

Obviamente, a articulação de um movimento mais amplo requeria o desenvolvimento de uma consciência que reconhecesse como legítima a ocupação de terrenos pelos favelados. Essa concepção manifesta-se na articulação da UTF e na proposta elaborada por Magarinos Torres de uma “Lei de Proteção aos Trabalhadores Favelados”, contendo como aspecto básico à defesa da desapropriação dos terrenos localizados em morros habitáveis da cidade e sua destinação aos favelados.

A presença do advogado no Borel, que ficou conhecido como “protetor dos favelados” não é a única intervenção de agentes externos às favelas, posteriormente vieram militantes do PCB, PTB e outros militantes sindicais. A idéia dos militantes do PCB em reunir trabalhadores, que pouco participavam dos seus sindicatos, em associações de moradores de favelados, torna-se uma estratégia para tentar desfazer as representações sobre essa população.

A visibilidade adquirida pela UTF se deu inclusive por essa articulação com diferentes entidades, a qual permitiu desenvolver um intenso movimento social contrário as ações de despejo decretadas. Foram feitas diversas atividades, com expressivo impacto na sociedade: passeatas e concentrações na Câmara dos Vereadores, onde eram votados os projetos de desapropriação. Nesses momentos a população do morro descia e tomava conta do asfalto com inúmeras crianças, faixas, músicas e protestos.

É interessante destacar, já naquela época (2º metade dos anos 50) uma ação importante organizada pela UTF foi “contra a violência” cometida em favelas durante batidas policiais. Foi apresentada ao Ministério da Justiça queixa-crime, contra o chefe de polícia sendo que a entrega da denúncia foi acompanhada por uma manifestação com centenas de favelados.

¹⁶ LIMA (1989): Com base em dados coletados através da imprensa e de entrevistas, pode-se constatar as seguintes favelas como participantes da União de Trabalhadores Favelados (UTF), nos anos de 1954 e 1955: Morro do Borel, Morro do Jacarezinho, Favela do esqueleto, Morro Santo Antônio, Morro de Santa Marta, Morro da Formiga, Morro da Liberdade; Morro do Alemão, Morro da Providência, Morro da Mangueira, Morro do Salgueiro, Rocinha e Matta Machado. Paralelamente às ações de pressão, organizavam-se festas em diferentes favelas (Borel, Alemão, Jacarezinho, Rocinha) com o objetivo de popularizar a União de Trabalhadores Favelados. O objetivo era filiar as favelas e criar secretarias da UTF em todas elas. Enquanto não se alcançasse o objetivo proposto, propunha-se a instalação em cada favela de um posto de UTF com ambulatório médico, departamento jurídico, departamento cultural e recreativo, etc.

Quando foram decretadas ações de despejo em outros morros (Borel, Morro de Santo Antônio, Santa Marta, Dendê e União), a UTF respondia com mobilizações. No caso do Borel, a UTF conseguiu sustar a ordem de despejo, já decretada. Essa vitória deu ao movimento dos favelados uma intensa força. Além disso, no conjunto dos morros onde atuava, a UTF articulava diferentes tipos de Organizações tanto reivindicativas e quanto carnavalescas, o que significava, tanto a estruturação de festas como de ações políticas voltadas para aglutinar e reforçar ações coletivas.

Podemos considerar como uma característica importante desse movimento sua articulação cultural; eram realizadas diversas festas nas favelas, onde a UTF se popularizava e conseguia afiliar novas comunidades, criando secretarias da entidade em todas elas. Essa inserção era muito valorizada sendo que o departamento recreativo e cultural da UTF se aglutinava escolas de samba, clube, etc..e eram organizados torneios, festas, e diversas atividades, como a eleição da Rainha da Festa. (Lima, 1989:111 e 112).

A articulação da UTF permite inferir que, (aparentemente) na década de 50, as organizações reivindicativas e carnavalescas não apresentavam dissociações e mesmo grandes rivalidades.

A UTF organizou também a preparação para a realização do 1º Congresso dos Trabalhadores¹⁷ no início dos anos 50 quando o então Estado da Guanabara era governado por Carlos Lacerda.

O que é importante destacar é que, com articulação da UTF, foi estabelecida uma nova relação entre a população da favela e o Estado, através principalmente da luta pela posse dos terrenos ocupados, como os seus “legítimos donos”. O que anteriormente era uma ação isolada contra as forças policiais, que vinha despejá-los, transformou-se em um movimento organizado que encaminhava suas reivindicações ao Estado, pressionando e defendendo, com ações e manifestações públicas, seus direitos de permanência.

Além dessas ações, o movimento articulado em torno da UTF apóia dois candidatos: Magarino Torres à Câmara Municipal pelo PCB e José Gomes Talarico à Câmara Federal pelo PTB. Somente o segundo se elege sendo que este teve como um de seus programas de

¹⁷ LIMA (1989): As principais diretrizes do Congresso demonstravam, contudo, divergências quanto à política para favelas que passou a ser adotada do Governo Lacerda. O temário do Congresso incluía: subsistência, marginalidade, saúde, habitação, educação, trabalho, o cidadão, favelado, a realidade brasileira. Diversas ações de despejos ocorreram em diferentes localidades, bem como violências cometidas em favelas durante batidas policiais, especialmente no Esqueleto, Curral das Éguas (Magalhães Bastos) e Parada de Lucas.

trabalho “o abrir espaço político” para o movimento dos favelados junto ao Ministério do Trabalho. Assim, acompanhando a estrutura sindical Vargista, em Dezembro de 1959, foi fundada a *Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro* (CTFRJ), com a participação de representantes das favelas com maior mobilização social: Borel, Brás de Pina, Muquição, Morro de São Carlos, Santa Marta, Providência, Vila Kosmos, Juramento, Parque Arará, Barreira do Vasco, Barros Filho, Acari, Vigário Geral, Camoatã.

A entidade preservou, em seu estatuto, a dimensão cultural, bem como a articulação da terra urbana à questão agrária, ou seja, o *direito à terra*. Desta forma, a Coligação defina-se enquanto *entidade de coordenação e proteção legal* às associações de moradores de favelas, clubes, agremiações recreativas e culturais.

Tendo como objetivos principais:

- a) “assegurar aos trabalhadores residentes em favela, e aos lavradores que cultivavam terras devolutas, o direito de nela prosseguirem morando e trabalhando, defender os contra ações de despejo, derrubadas ou plantações e contra a inviolabilidade do lar;
- b) promover, através de todos os meios possíveis a conquista de casa própria ou gleba de terra para cada família, reivindicando a posse dos terrenos que ocupem quando ocorra (no caso de usucapião), luta pela desapropriação de terrenos cujos donos tenham títulos de propriedade, de modo que sejam loteados e aforados aos ocupantes, ou por meio de financiamento, (pleiteando junto aos Governo da União ou a Municipalização), o aforamento das áreas de domínio público, em favor das famílias impedindo enfim, por todos os meios legais, a exploração imobiliária;
- c) reiterar o empenho pela Lei de Reforma Agrária, que atendesse aos trabalhadores do campo e colocando, assim, um dique ao êxodo dos mesmos para as grandes centros;
- d) recursos para a recuperação e urbanização das favelas, por subvenção dos órgãos competentes.”

A Coligação, na condição de órgão de utilidade pública, reivindicava uma unicidade de representação que não permitia que os seus filiados pertencessem ou participassem de outras entidades. Essa reivindicação da “monopólio de representação” se justificava pela forte presença de entidades de favelas, organizadas e “tuteladas pela Igreja”, basicamente as ligadas à Fundação Leão XIII e à Cruzada São Sebastião.

A Coligação dos Trabalhadores Favelados atuou por um período relativamente curto, e suas atividades começaram a declinar em 1963 sendo substituída pela Federação das *Associações de Favelas do Estado da Guanabara* (FAFEG).

Considerando a relação entre as favelas e o Estado, desde o fim do Estado Novo ao início dos anos 1960, o que se verifica é uma oscilação entre posturas repressivas e momentos de maior tolerância. Os períodos de trégua, não por mera coincidência, correspondem justamente aos momentos eleitorais, quando os favelados beneficiavam-se de esquemas clientelistas de troca entre voto e favor. A importância política que adquire a favela nesse período torna-se evidente no número de estudos e projetos governamentais dedicados à “solução” do problema, na sua presença, na grande imprensa, em projetos de leis e em comissões parlamentares.

A década de 60 marcará o início do período de remoção¹⁸ sumária das favelas do Rio de Janeiro. A administração Lacerda (1960-1965) lançou o programa cujo objetivo era eliminar as favelas e transferir suas populações para outros locais, como os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH e comercializados pela Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB – GB). A criação do COHAB, completando a Reforma Administrativa efetuada no período de agosto a dezembro de 1962, inaugura a fase em que um dos eixos centrais da intervenção estatal passa ser a erradicação de favelas e o deslocamento dos moradores para conjuntos habitacionais na periferia da cidade do Rio de Janeiro. A COHAB, definida como autoridade em habitação popular do estado, sobrepôs-se à Fundação Leão XIII, até então autoridade pública (se bem que muito criticada). Suas origens estão relacionadas ao contexto político do Brasil pré-golpe militar¹⁹, podendo ser vista em resposta do Governo Carlos Lacerda à criação do Conselho Federal de Habitação²⁰ e à proposta de Reforma Urbana, apresentadas pelo Governo

¹⁸ O sistema previsto para o programa de remoção no Rio de Janeiro previa: a atuação da CHISAM (Órgão ligado ao Governo Federal/ BNH) era de decidir e comandar; a COHAB responsabilizava-se pela construção e comercialização e a Secretaria de Serviços Sociais encarregava-se de remover dos moradores e suas famílias, o que se revelou pouco operante. A COHAB não dispunha de um número de unidades com características específicas necessárias à CHISAM e, uma etapa do programa deveria ser refeita ou adiada, devido à falhas no levantamento socioeconômico.

¹⁹ Como golpe militar em 1964, os conflitos se acirram. A ameaça de remoção, que sempre pesara sobre os favelados por meio de conflitos privados com os detentores do título de propriedade, assume novas e sérias proporções. Nesse período, os favelados passam então a lutar tanto pelo retorno à democracia quanto pelo fim da política de remoção. Tal resistência custou-lhe dura repressão policial e a prisão e morte de vários de seus líderes.

²⁰ LIMA (1989): O Conselho de reforma Urbana foi criado em 25 de Junho de 1962 pelo Governo João Goulart (decreto Federal nº 1,281,1962) como órgão responsável pelo acesso à moradia popular (art. 2, I e X, art. 3 e 4), controle sobre recursos vindos do exterior para serem aplicados em projetos de habitação (art. 2, III – XIII) e desenvolvimento de pesquisa habitacional).

Federal (administração João Goulart). A proposta de reforma Urbana, sistematizada posteriormente no “Seminário de Habitação e Reforma Urbana” realizado em 1963 incluía transformações significativas no sentido de combater a especulação imobiliária e equacionar a questão habitacional. Entre elas, destacavam-se a criação de limites ao direito de propriedade e de uso do solo, o estabelecimento de uma política de locação que considerasse a renda familiar e a criação de um imposto de habitação sobre as transformações imobiliárias destinadas a fornecer recursos ao desenvolvimento de uma política de habitação popular. Ao criar a COHAB, atribuindo-lhe as mesmas atividades de competência do Conselho Federal de Habitação, em diferentes momentos o governo Carlos Lacerda acentuou que sua administração permitiria a adoção de uma efetiva Reforma Urbana.

De acordo com Lima (1989), o governo do Estado da Guanabara assumia naquele contexto a condição de “administração-modelo” – um caso exemplar do que poderia ser desenvolvido a nível nacional, caso os grupos políticos que defendiam o desenvolvimento econômico orientado para a internacionalização da economia e opunham-se às chamadas reformas de base conseguissem transformar seu projeto político em efetiva hegemonia na sociedade. Lima ressalta também que de acordo com um documento do órgão (COHAB) expressa claramente que:

Depois de 1955, o Estado voltou seus olhos mais uma vez para o problema das favelas. Criou vários órgãos e instituições que tentaram por várias formas e meio minimizar os efeitos das pressões socioeconômicas que atuavam sobre a população favelada. Nenhum deles tinha como objetivo a erradicação dessas aglomerações. O atual governo (Lacerda) foi o primeiro a enfrentar o problema em termos de erradicação. (GB – COAHB, 1963-1965: 4, apud Leeds e Leeds, 1978:217).

Os critérios adotados inicialmente indicavam a remoção das favelas localizadas em áreas onde estivesse prevista a realização de obras públicas (caso das favelas localizadas nas proximidades da Av. Brasil, das favelas Getúlio Vargas, na Gávea, e da favela do Esqueleto, localizada na área onde foi construída a Universidade do Estado da Guanabara).

Uma das primeiras remoções foi realizada, entretanto, no Morro do Pasmado, estava ligada não a obras públicas, mas a interesses privados: a construção, pela iniciativa privada, de um Centro Turístico. A rigor, o critério que passou a orientar as atividades da COHAB, consistia na remoção das favelas localizadas em áreas muito valorizadas, cuja “venda permitiria a obtenção de recursos para a continuidade do programa”.

Outra dimensão presente nas primeiras remoções, e que foi claramente explicitada no do Morro do Pasmado, foi a defesa da transferência compulsória para os conjuntos habitacionais enquanto processo de “educação” das populações faveladas numa direção contrária às propostas apresentadas por diferentes grupos e intelectuais que apoiavam o Governo Goulart.

Dessa forma, a “Operação Pasmado”, finalizou-se com um incêndio dos barracos numa demonstração simbólica da Nova Era que se pretendia inaugurar. Para a secretaria de Serviços Sociais, Sandra Cavalcanti, esta operação poderia ser interpretada como a **“primeira Revolução Social realizada no Brasil”** além de uma **alternativa de trabalho “educacional”** junto às populações faveladas.

O programa de remoções encontrou resistência das populações envolvidas apesar do “convencimento do governo estadual” quanto às vantagens de “ter uma casa com água encanada, esgoto e luz elétrica”. Diferentes estudo já demonstram a crescente resistência às remoções pela população favelas, o uso sistemático da ação policial e o impacto da transferência para conjuntos habitacionais longínquos nas condições de vida, trabalho, relações familiares e de vizinhança. (Cf. Valladares, 1980; Valla, 1981, Gomes, 1980, Zaluar, 2004, et alii).

Durante o governo Lacerda, a Federação de Associações de Moradores de Favelas (FAFEG), decidiu realizar um plebiscito na favela do Esqueleto a fim de explicitar a posição dos moradores quanto à remoção para Vila Kennedy, o que resultou na prisão do presidente da associação e da FAFEG pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). A prisão de dirigentes comunitários tornou-se prática comum no período que antecedia a remoção de alguma favela.

Ao fim do Governo Lacerda, aproximadamente 31.000 pessoas foram removidas para os conjuntos habitacionais de Vila Kennedy, Vila Aliança, Vila Esperança e Cidade de Deus (Valladares, 1991 e Lima, 1989).

É importante destacar que além da política de remoção, ocorreram projetos de urbanização parcial em algumas favelas, como Brás de Pina, Vila da Penha, Jacarezinho, Salgueiro e Rocinha. Isso significa que não houve um tratamento uniforme em relação à totalidade das favelas então existentes. Explica-se, assim, o apoio dado a Carlos Lacerda pelos dirigentes de algumas associações de moradores.

O Impacto da política de remoção foi extremamente negativo o que se expressou na campanha de sucessão ao governo de estado. Negrão de Lima, apoiado pela coligação PTB –PSD, alcançou expressiva votação entre a população favelada, tendo assumido como um dos compromissos centrais de sua campanha o de não erradicar favelas (Leeds e Leeds, apud Lima 1989). Esse compromisso não foi, todavia, cumprido, devido às características da interferência do governo federal na política de Estado da Guanabara, especialmente após a criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), em 1968, já em pleno período autoritário. Apesar desse órgão ter sido criado formalmente como instância apenas de coordenação das várias entidades envolvidas com política habitacional, de fato se constitui em importante instrumento de controle do governo federal e aplicação das concepções do Banco Nacional da Habitação (BNH).

O governo Negrão de Lima, apesar de considerar ser necessário erradicar algumas favelas, opunha-se à idéia de transferir para os moradores para conjuntos habitacionais mais distantes do mercado de trabalho, propondo a construção de “cidade proletárias”, próximas às áreas a serem removidas e a urbanização das favelas localizadas em terrenos seguros. A partir daquele ano, verificou-se a participação do governo da Guanabara no programa de remoção de favelas adotado pela CHISAM, inclusive com o apoio público ao organismo manifestado por Negrão de Lima.

A necessidade de tratar as favelas como problema nacional que não poderia ser resolvido ao nível local, municipal ou estadual, foi a grande justificativa para a criação do CHISAM. Este Órgão (coordenador da Política Habitacional de Interesse Social defendia as favelas como *“um espaço urbano deformado” habitado por uma*

“população alienada da sociedade por causa da habitação; que não tem os benefícios de serviços porque não pagam impostos”(Burgos, 2004:192) . Além disso, volta a idéia acerca da necessidade de reabilitação da família favelada.

“A família favelada necessitaria de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária; sendo necessária a integração dos moradores à comunidade, não somente no modo de habitar, mas também no modo de pensar e viver”(Valla, 1984: 37).

Por outro lado, desde 1966, a partir das enchentes que ocorreram no Rio de Janeiro, começa a se fortalecer na opinião pública uma corrente favorável à remoção dos favelados. As matérias então noticiadas pela maior parte dos jornais atribuíam às favelas a responsabilidade pela catástrofe ocorrida com as chuvas de janeiro daquele ano.

Ocorreram ainda durante esse governo lutas sociais motivadas pelo desenvolvimento de políticas de renovação urbana fundamentadas no plano Doxiadis²¹. Elaborado durante o governo Lacerda, este plano só foi finalizado em 1965 e os técnicos do estado que dele tomaram parte encaminharam suas recomendações para o governo Negrão de Lima, que criou em 1966 as CEPES – Comissões Especiais de projetos Específicos – com a finalidade de realizar projetos de renovação e/ou preservação urbana em áreas especiais. O único projeto efetivamente implementado foi o da CEPE – 1 que consistiu na renovação urbana na área do Mangue – Cidade Nova, incluindo o bairro do Catumbi onde ocorreu intenso movimento social contrário ao plano (Santos, 1981)²².

Burgos (2004) ressalta que não são nada modestos os números da operação remoção: em torno de 100 mil pessoas foram removidas no espaço de sete anos, tendo sido destruídas cerca de 60 favelas. Os dados revelam que foi quase insignificante o impacto sobre a participação relativa dos moradores das favelas no conjunto da população da cidade, o que se explica, em parte, pelos efeitos imprevistos do programa, que, como salientou Valladares (2005), realimentou o crescimento das favelas, na medida em que

²¹ ABREU (1997) e LIMA (1989): Constantino Doxiadis, urbanista grego mundialmente conhecido, foi convidado pelo governador Carlos Lacerda para elaborar plano de desenvolvimento urbano no estado da Guanabara. Suas idéias suscitaram grande controvérsia na época, em face do impacto social das propostas de renovação urbana que implicavam em ampla desapropriação de terrenos e demolição de moradias.

²² Outro CEPE, o de número 5, apresentou proposta de erradicação das favelas da orla da Lagoa com a transferência dos 35.000 moradores para um conjunto habitacional a ser construído na Rocinha, o plano não foi executado (LIMA, 1989)

muitos dos removidos retornam às favelas após venderem suas casas nos conjuntos habitacionais.

A partir de 1975, a política de remoção foi perdendo espaço e, já no final da década, as favelas começam a ser parcialmente urbanizadas, num processo até então pouco desenvolvido. Como destacaram vários estudiosos da dinâmica urbana carioca, apesar de tudo, o dado impressionante na experiência “remocionista”, foi a capacidade de resistência dos moradores das favelas²³.

A partir dos anos 80, a política de implantação de serviços urbanos ganhou força com a abertura democrática, especialmente naqueles estados onde governadores ligados a partidos de esquerda foram eleitos. Modificavam-se os padrões de urbanização no espaço da favela e também a maneira de fazer política de suas lideranças.

3.2.

O Borel como dinâmica social complexa

O Morro do Borel tornou-se uma das maiores favelas da cidade, espalhada por uma área montanhosa de 345.880m. Trata-se de uma das quase trintas favelas existentes na Tijuca, tradicional bairro da zona norte, que muito bem equipado em termos de comércio e serviços urbanos, tem seu mercado imobiliário, em acelerada deteriorização. Os tijuicanos de classe média, desde início dos anos 90, vem-se deslocando para outros bairros da cidade, sobretudo o da zona oeste, buscando evitar, por um lado, as ações violentas que decorrem do enfrentamento da polícia com o tráfico de drogas e, por outro, o clima bélico que se instaurou entre as favelas quando, diferentes facções brigam entre si pelo controle do tráfico.

O período mais marcante da história do morro foi ao final dos anos 80, onde o Borel era conhecido, mesmo fora do Rio de Janeiro, como uma das favelas mais perigosas da cidade. O Borel vivia num momento de conflito que atingiu seu ápice em meados dos anos de 1990. As disputas entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando, este último, no

²³ Em meio á repressão do início dos anos 70, e em que pese o expurgo a que fora submetida, a FAFEG organizou em 1979, o III Congresso de Favelados do Estado da Guanabara, com a participação de 70 associações, que mais uma vez defenderam a necessidade de urbanização das favelas.

início da mesma década, estendeu seus domínios a Chácara do Céu, dividindo o morro entre ambas as facções e as constantes e discriminatórias inserções policiais, produzindo não só a morte de moradores inocentes da favela e do “asfalto”, como também entres os traficantes e os policiais. Fato ocorrido em 1994, numa operação chamada “Operação Rio”, levada pelas Forças Armadas em várias favelas cariocas mediante convênio entre as esferas Federal e Estadual do governo, atendendo as reclamações da população que se sentia pelo acirramento da criminalidade violenta. O Borel foi considerado um dos principais pontos de tráfico da cidade, foi ocupado por 2.000 homens que reprimiram traficantes e moradores, ocupando e fazendo de seu quartel general a Igreja São Sebastião, na Chácara do Céu.

De acordo com o Relatório da JOCUM (1996), a população do Borel era constituída principalmente por pessoas nascidas no Estado do Rio de Janeiro (53%), secundadas pelos nordestinos (28%). Para o mesmo ano, os dados apontam que 63% da mão-de-obra local era assalariada e estava empregada principalmente na construção civil e no setor de comercio e serviços. O restante (37%), inseria-se em atividades informais, incluindo-se nesse grupo, aqueles (em sua maioria jovens) ligados ao tráfico de drogas local. Vale mencionar ainda que, a renda per capita mensal média da população era pouco menos que 1 salário mínimo (91,38 reais).

O relatório aponta que a população do Morro do Borel é aproximadamente de 30.000 habitantes, com 7.600 residências, importante destacar a presença de duas igrejas católicas e dez igrejas evangélicas de diversas denominações. No Borel, encontram-se subdivido em áreas internas: Vila Nova, Feijão, Grota, Terreirão, Bairro Velho, Quinze e Ladeira do Moreira. As demais favelas que compõem o chamado complexo do Borel são controladas por facção criminoso rival. Segundo Medeiros e Chinelli (2003), o Borel tende a ser considerado um dos casos mais expressivos entre favelas cariocas, devido a sua historicidade.

Desde 1979, quando foi inaugurada a Igreja Nossa Senhora das Graças, a Pastoral passou a ocupar um lugar central na estruturação de vários serviços ofertados à população do Borel, organizando suas atividades em torno de três eixos fundamentais: formação religiosa, educação e saúde.

Uma das creches, apesar de ser municipal, funciona em instalações físicas pertencentes à Igreja, enquanto as outras possuem convênio com o município apenas para o

fornecimento de merenda escolar. O mesmo acontece no Colégio Municipal Marcelo Cândia, que funciona no segundo pavimento do prédio da Capela de N.S. das Graças.

Ainda nas instalações da Pastoral, funciona o Posto Avançado Lídia Monteiro, que a ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por iniciativa de Padre Olinto, mantém no Borel desde maio de 1989. Assim como no caso dos outros seis postos da OAB-RJ inaugurados no início da década de 1990, a intenção é criar possibilidades de acesso ao direito formal para os habitantes de espaços não-regulados. Medeiros e Chinelli (2003) observa que:

Em um momento em que o discurso refratário ao respeito e/ou reconhecimento de direitos de cidadania dos segmentos mais pobres ganhava força animado pela cultura do medo, a assistência jurídica era percebida como o mecanismo mais adequado e urgente para fazer chegar àquela população excluída, acostumada a resolver seus conflitos fora do sistema legal, os benefícios de um estado de valorização do “ser-favelado”, ou seja, de uma identidade positiva, de um “capital social”.

Num diagnóstico realizado por Medeiros e Chinelli (2003), as pesquisadoras observaram que os equipamentos e serviços existentes no Morro do Borel tem como característica marcante “o fato de, em grande parte, serem oferecidos por instituições não-estatais, notadamente por instituições religiosas. O Estado faz-se presente na área social, exclusivamente através das creches e escolas municipais ou conveniadas”. Apesar da sua atuação como provedor de equipamentos coletivos ou como gestor de projetos sociais certamente estar muito aquém das necessidades concretas de uma população pobre como a do Borel, é preciso atentar para a presença do poder público que se dá através de parcerias com representantes e agências locais. Um exemplo de organização de agência comum num formato de atuação de horizontalidade resificada (Carrano apud Medeiros e Chinelli, 2002) é a chamada “Agenda Social Rio²⁴” que se constitui em um “expressivo fórum de

²⁴ Conforme SILVA (2003): a Agenda é atualmente integrada por “numerosas entidades/grupos, atuantes na referida área: Associação de Moradores de sua localidade, Escolas Municipais e Estaduais da região, Escola Privada (Ogá Mitá), junto a um conjunto diversificado de organizações governamentais e não-governamentais, pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Econômicas), com agenciamento principal da Organização Holandesa para a Cooperação ao Desenvolvimento – NOVIB. Tal conjunto encontra-se materializado na participação de instituições como a Gestão Comunitária: instituto de investigação e ação social (...), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social –SMDS/RJ, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, a Caixa Econômica Federal, Fundação Bento Rubião e as Igrejas Progressistas locais: católicas e protestantes, dentre outras.

organização e desenvolvimento comunitário que pretende concorrer para uma ampla rede de programas e projetos sociais (apoio e serviços) na região da Grande Tijuca”, área composta por 7 bairros e 29 favelas, uma das quais a do Borel. A idéia da Agenda Social Rio foi lançada em 1996, pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, que durante a campanha pela candidatura do Rio como sede das Olimpíadas de 2004. Tratava-se de criar um compromisso social, envolvendo a sociedade civil e governo, em torno de metas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos os que vivem na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo com a não-aprovação da candidatura, impulsionada pelo sério problema da segurança pública, a articulação em torno da Agenda Social Rio manteve-se e em 1998, iniciou seus trabalhos. A Agenda promove o encontro de pessoas, movimentos populares, grupos e instituições da sociedade civil e do governo para refletir, discutir e desenvolver ações comprometidas com o enfrentamento da desigualdade e com a construção de uma sociedade mais solidária, democrática e cidadã, realizando ações que integrem bairros e favela, fortalecendo o diálogo entre eles.